

EVOLUÇÃO URBANA E ARQUITETURA EM UM BAIRRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

José Manoel de Siqueira Pereira, Arquiteto

Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades

CREA 48614-D

jman@uenf.br

RESUMO

O propósito deste trabalho é o de analisar as tipologias arquitetônicas em diferentes momentos históricos da cidade de Campos dos Goytacazes, partindo da constituição de três de seus bairros, como um meio de estudar a transformação da cidade e da sociedade com ênfase na ordem arquitetônica expressa no território. Além disso, utilizar como instrumento de análise crítica da evolução territorial das regiões estudadas o plano figura e fundo. O patrimônio construído é representado em cada época por um estilo arquitetônico que traduz as necessidades e aspirações da classe dominante, econômica ou política de uma época determinada. Para falar da cidade e da sua arquitetura foram escolhidas três áreas de estudo, três bairros que podem ser apreendidos como setores da forma e evolução da cidade. Os bairros foram selecionados numa ordem cronológica. Assim o Maria de Queiroz, criado no início do século XX, em meio a grandes transformações econômicas e sociais apresenta um predomínio da ordem neoclássica e eclética. O Parque Tamandaré surgiu pelos anos 50 e foi influenciado pelo movimento modernista. Finalmente, o Jardim Flamboyant fundado nos anos 70 onde são aplicados novos modelos de construção de moradias que investem em prédios de apartamentos que buscam segurança, conforto e qualidade de vida.

Palavras chave: planejamento, plano urbanístico, arquitetura.

The purpose of this work is to analyze the architectural kinds in different historical times at Campos dos Goytacazes' city, looking at the formation of three districts of the city, as a way to study the transformation of the city and the society emphasizing the architecture and what it makes in land. Moreover, apply as a study's instrument the figure-ground plan to make a critical analysis of urban evolution of the regions studied. The built inheritance is represented in each time by architectural style that means the necessities and aspiration of the dominant class, economic and politic of a period. To talk about the city and its architecture was selected three districts, which can be assimilated as part of the shape's city. The districts were chosen in chronological order, so that, the Maria de Queiroz district was built in the early 20th century, among economic and social big changes and there are a lot of numbers of neoclassic and eclectic architectural style. The Parque Tamandaré appeared in the 1950's and accompanied the maintenance of growing city, the architecture was renewal influenced by the modernism movement. At last, the Jardim Flamboyant was built in the 1970's where are applied new building models of dwellings that invest in apartment building getting security, welfare and life's quality.

Key words: planning, urban planning, architecture

INTRODUÇÃO

“A forma na arquitetura é a maneira mais direta de expressar a dimensão social” (Dos Santos, 1998).

Ao percorrer as ruas de uma cidade e admirar o seu patrimônio edificado pode-se imaginar quanta história aqueles elementos testemunharam, foram espectadores ou marcos de um exercício político, econômico e social.

Campos dos Goytacazes, cidade localizada ao norte do Estado do Rio de Janeiro, distante aproximadamente 260 km da capital, é a região onde se localiza o bairro objeto deste trabalho.

O povoamento da cidade teve início em meados do século XVII, momento que foi fundada a Vila de Campos. Em 1835 a vila é elevada a categoria de cidade. A indústria açucareira é a principal atividade econômica da região ao longo de todo século XX, e ao final deste a descoberta de petróleo no litoral fluminense, torna o município o maior recebedor de royalties provenientes daquela exploração.

A cidade possui um acervo arquitetônico dos mais importantes do Estado. Há edificações do período colonial brasileiro, tais como igrejas e solares. A Missão Artística Francesa deixou seu registro em construções que buscaram uma linguagem originada na distante antiguidade greco-romana e na Europa. Há também numerosos exemplares do estilo eclético, que usava simultaneamente elementos construtivos de outros estilos, principalmente para ornamentar a edificação. Por último, o modernismo que também deixou seu testemunho em vários bairros.

Os estilos arquitetônicos são as superposições de novas sobre antigas funções da obra arquitetônica, seja com o propósito de organizar o espaço urbano ou na construção de prédios com variados fins, aplicando uma nova visão ideológica sobre a consecução daquele produto. A arquitetura parte de premissas da sociedade em que vive criticando a realização arquitetônica que a precedeu e faz isso subsistindo, permanecendo visível através do tempo (Eco, 1997, p 227).

A cidade pode ser lida através de seus trechos, e sua unidade será completada na memória que a cidade tem de si mesma. Este trabalho foca um dos bairros surgidos na virada do século que traduziu uma nova linguagem na arquitetura fruto de um novo modo de vida da sociedade. Assim na passagem do modo de produção assentado na mão de obra escrava para um modelo industrial que utilizava como meio de produção a máquina a vapor, surge uma classe dominante, rica e poderosa, que funda o bairro Jardim Maria de Queiroz, cujo estilo de vida era essencialmente copiado do europeu.

Originalmente o bairro era residencial, e ao longo dos anos por uma superposição de valores sociais e materiais suas características foram se alterando, possibilitando estudar os fatos que levaram as modificações da morfologia, bem como sua intersecção com a cidade. A transformação de uso, a verticalização e o conseqüente adensamento da área são elementos investigados.

Para auxiliar na avaliação crítica da ocupação do espaço, foi utilizado o instrumento conhecido como plano figura / fundo, tomado emprestado da psicologia (utilizado nos estudos de percepção da forma), hoje largamente empregado em outras áreas do conhecimento.

Para se estudar a planta de uma cidade ou mesmo de uma casa, utilizando a convenção figura / fundo, escurecemos aquilo que é sólido (as construções) e mantemos claro os vazios (ruas, praças e quintais). O uso dessa convenção é útil para distinção do que é público e do que é privado; a percepção das ruas como anatomia da cidade; comparar o espaço urbano em épocas diferentes percebendo as transformações da cidade a partir da ordem que a arquitetura origina e, por último, revela o ordenamento das relações e práticas sociais. A utilização desse plano na análise do Jardim Maria de Queiroz no início e fim do século foi muito útil na discussão da ocupação do espaço.

QUESTÕES PRELIMINARES.

1.1 Sobre Arquitetura

A arquitetura provém precisamente do espaço contido, do espaço interior, modificado pela ação do homem, local onde vivem e andam os seres humanos. O espaço de vivência dos homens é o protagonista da arquitetura. O estudo deste espaço é a chave que permite uma compreensão da arquitetura:

[...] A experiência espacial própria da arquitetura prolonga-se nas cidades, ruas e praças, becos e parques, nos estádios e jardins, onde quer que a obra do homem haja limitado “vazios”, isto é, tenha criado espaços fechados (...) a arquitetura não é apenas arte nem só imagem de vida histórica ou de vida vivida por nós e pelos outros; é também e sobretudo o ambiente, a cena onde decorre a nossa vida [...] (Zevi, 1978, p 25 e 28).

No início, a arte de construir respondia às necessidades de reverenciar o poder do soberano, o poder da divindade e o poderio militar. Os palácios, as igrejas e as fortalezas eram as representações materiais daqueles poderes e transmutados em coisa material falavam por alguns poucos para uma maioria respeitosa, admirada e, muitas vezes, amedrontada (Rodrigues, 2001, p 593).

Nas construções burguesas edificadas no século XIX, quanto mais alto o pavimento mais a “suntuosidade e o conforto” decrescem. O interior dessas habitações compreendia, obrigatoriamente um espaço público de representação adequado às festas, reuniões e negócios; um espaço privado para a intimidade familiar e outros espaços que eram repelidos – a cozinha, banheiro e o local dos domésticos. Com a hierarquização social instaurada desde o século XIX, os serviços passam a ser acomodados nos últimos andares dos prédios, os cômodos eram mal iluminados, apresentavam uma área útil muito pequena, podia mesmo ser comparada a uma “cela” (Guerrand, 1987, IN: História da Vida Privada, volume 3, p 324 – 349).

Enquanto isso as casas da massa trabalhadora até o século XVIII, eram espaços indiferenciados: neles se comia e se dormia. Prevalia a casa de um só cômodo, por vezes, com alguma sorte, havia um quarto para os meninos e outro para as meninas (Foucault, 1979, p 212).

A partir do século XVIII, a arquitetura torna-se mais específica e funcional. Específica quando na distribuição do espaço na edificação classifica, individualiza os compartimentos, e funcional, quando determina uma função própria para aqueles espaços. As cidades do século XIX obedeciam a uma forma de organização para as habitações, particularmente as operárias, através da determinação do seu espaço de vida: uma peça serve como cozinha e sala de jantar, outra funciona como quarto dos pais (quarto de procriação) e, ainda outra era o quarto das crianças. Os espaços institucionais começam a ser projetados conforme sua função: a indústria; as salas de aula e a organização hospitalar (Foucault, 1979, p 212).

A arquitetura articula-se com os problemas da população, com a saúde e com o urbanismo:

[...] a cidade européia e as transformações que sofre no século XVIII merecem atenção. É quando técnicas e governo de sociedades descobrem, através do que, naquela época, eram tratados de política, a importância da arquitetura e do urbanismo como instrumentos disciplinares. São os políticos e não os arquitetos que impõem reflexões sobre a organização do espaço das cidades, os serviços coletivos, a higiene e a construção dos edifícios [...] (Dos Santos, 1988, p 22).

A utilização, a organização e a fixação do espaço tinham que alcançar objetivos econômicos e políticos. O máximo de produtividade era esperado na organização da massa trabalhadora no interior das fábricas, na adequação da planta para o funcionamento da instalação industrial e, do lado de fora, havia necessidade de controlar e dominar aquele acúmulo de homens, de mantê-lo disciplinado mesmo fora do ambiente de trabalho.

A ordem urbana pode ser estudada relacionando a evolução arquitetônica com as várias fases da acumulação de capital e a consolidação de poder, isto é, a acumulação privada de riqueza é fundamental para a definição da estrutura política e física da cidade. (Holston, 1993, P 136.).

Neste sentido a compreensão dos fatos políticos, sociais e econômicos de uma determinada época é indispensável para a análise dos objetos arquitetônicos e dos planos que organizam o espaço. Afinal uma obra arquitetônica, como produto de um fazer, é um índice dos meios materiais, técnicos e construtivos da sua história, e do tipo de força produtiva empregada na sua elaboração e construção. (Santaella, 1999, p 66).

1.2 A Percepção do Espaço Urbano pela Análise do Plano Figura / Fundo

Os arquitetos e urbanistas utilizam o recurso de um instrumento analítico conhecido como plano figura / fundo; onde sobre a planta baixa de uma cidade, ou bairro, os elementos construídos são escurecidos enquanto são mantidos “brancos” os vazios ao traçarem a planta. Esse recurso representa a estrutura tridimensional dos sólidos e dos vazios em duas dimensões, e é largamente utilizado por aqueles profissionais tanto para avaliações críticas quanto na elaboração de projetos e ele se baseia na física da percepção.

Comparando a estrutura típica das cidades européias do século XVIII, pré-industriais, quase todas escuras no plano e a estrutura proposta pela arquitetura moderna para as cidades contemporâneas, quase toda branca, Colin Rowe, arquiteto americano, no seu livro *Collage City* conclui que:

[...] as estruturas se apresentam como leituras reversíveis de um diagrama ilustrativo da Gestalt demonstrando as flutuações do efeito figura e fundo. Uma é quase branca e outra quase toda preta: na primeira onde predomina o branco espelha um arranjo dos sólidos num imenso vazio; na segunda leitura um arranjo de vazios escavados num sólido. Nos dois casos o fundo promove diferentes categorias de figura, na primeira o objeto e na segunda o espaço. [...] (Rowe e Koetter, 1978,p 64).

A partir desta observação, propõe uma metodologia de avaliação da qualidade da textura urbana através da utilização de desenhos de figura e fundo.

A comparação das plantas de duas cidades, uma pré e outra pós-revolução industrial, lidas no padrão figura-fundo, remete a resultados diferentes. Nas cidades pré-industriais, os edifícios formam o *fundo* contínuo, uma massa negra, e as ruas e praças as *figuras*. Nas cidades modernistas, pós-industriais, as edificações formam *figuras esculturais* sobre um vazio composto de ruas e praças. Essas comparações sugerem princípios de ordem urbana, demonstram que, mesmo nas cidades não planejadas, as relações entre o espaço e os objetos não se produzem casualmente e “na verdade, manifestam uma ordem coerente, uma lógica construída, o que equivale dizer uma convenção arquitetônica se exerceu em contextos históricos diferentes” (Holston,1993,p 132 e 133).

1.3 Bairro e Cidade

Assim a cidade pode ser vista como uma grande obra, identificável na forma e no espaço, mas essa obra pode ser apreendida através de trechos, de seus diversos momentos. A unidade dessas partes também é dada, fundamentalmente pela história, pela memória que a cidade tem de si mesma. O estudo da área torna-se o momento particular do estudo da cidade.

[...] a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição (...). A cidade está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana. A organização formal, os edifícios, ruas, leis, são coisas que em si mesmas, utilidades, dispositivos novos que se tornam parte da cidade viva, quando, e enquanto, se interligam através do uso e costume, como uma ferramenta na mão do homem [...] (Park, in Velho, 1968,p 29).

A estrutura da cidade é expressão da natureza humana. Mas, apesar dessa estrutura surgir como resposta às necessidades de seus habitantes, ela se impõe a eles como um fato externo, e forma-os de acordo com o projeto e interesse nela incorporados.

[...] através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares à sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua [...] (Park, in: Velho, 1968, p 34).

O bairro se define pela sua paisagem urbana, tipos de casas, idade e estilo das construções; disposição das ruas, por seu conteúdo social, nível de modo de vida de seus habitantes, sua função, isto é, seu papel dentro do organismo urbano (residência, produção, comércio, administração etc.). Esses são os elementos de individualização dos bairros e uma mudança em um desses fatores basta para fixar o limite do bairro. Para os habitantes de uma cidade o bairro constitui-se como um conjunto de fatores que congrega elementos que têm a mesma origem, um sentimento coletivo, fruto de uma convivência que individualiza aquela região em relação às outras (Bernardes & Soares, 1995, p 105 e 106). Mas, principalmente, o bairro dialoga com a cidade, ao encerrar elementos mais gerais, que são comuns a todas as regiões e que independem dos espaços recortados.

2 O Bairro Jardim Maria de Queiroz

2.1 A urbanização de Campos na Virada do Século XIX

Na primeira metade do século XIX a produção de cana e aguardente gera uma riqueza que era refletida nas diversas melhorias das casas e das ruas da cidade. Começam a surgir na cidade às construções assobradadas, algumas com até três pavimentos, cercada de jardins e árvores frutíferas. Primeiro na praça principal (Da Matriz) e depois vão se disseminando pelas ruas próximas e mais movimentadas. O surgimento de olarias permite o uso na construção do tijolo (adobe) e telhas de barro.

A abolição da escravatura acarretou modificações na forma e na utilização dos fatores de produção característicos do século XIX. A economia da região foi afetada, sobretudo, pelos seguintes pontos: os escravos eram vistos como mercadorias e, portanto, considerados ativos¹; a população escrava representava 43% da população total da cidade; o sistema de produção da região estava alicerçado na mão-de-obra escrava e na pequena e média propriedade (embora existissem grandes propriedades rurais com grandes contingentes de escravos) (Rosendo, 2002, p 2-34 e 2-35).

Ao final do século XIX, ingressava a economia campista no modo de produção capitalista industrial, com a aceleração da divisão do trabalho e início do processo de mecanização das unidades de produção, resultando num aumento da produtividade da produção de açúcar e seus derivados. A associação desses fatores contribui para o surgimento de uma economia de mercado, onde se destaca além do segmento sucroalcooleiro, a ampliação do setor de serviços para atender as necessidades do conjunto das atividades econômicas (Ibid, 2002, 2-45).

O nascente modo de produção capitalista que se instalava, promove mudanças no espaço urbano. A vida moderna estabelece uma relação de dependência dos habitantes da zona rural, cada vez mais intensa, com a cidade. As mudanças econômicas em curso constituem novos grupos sociais: comerciantes, investidores, industriais, profissionais liberais, intelectuais e funcionários públicos que ocupam altos escalões do governo. Alterando a composição da sociedade no transcurso do século XIX:

[...] no fim do século XIX, uma nova elite de caráter estritamente urbano, participando da produção de uma nova forma urbana, através de seus valores, escolhas estéticas, suas necessidades e seus desejos (...) a sociedade de Campos (...) assiste a instituição de uma nova ordem burguesa [...] (Peixoto Faria, 2001, p 792).

Com a industrialização das unidades produtoras surgiu uma oligarquia, poderosa e possuidora de capital, proprietária de terras e engenhos (até há pouco tempo de escravos também), que exercia grande influência e participação na vida pública contribuindo, como exercício de uma liderança marcante, para que as elites que comandavam a produção açucareira, fizessem investimentos de capitais particulares em infra-estrutura urbana (Rosendo, 2002, p 2-20).

Com o predomínio da forma de produção das usinas, o comando da vida cultural passa do meio rural para o centro urbano. Algumas usinas e fábricas foram erguidas próximas ao perímetro urbano, contribuindo para desenvolver o comércio e a urbanização da cidade. Há uma expansão urbana com a criação de novos bairros e construção de novos edifícios residenciais e públicos.

¹ Enquanto ativos os escravos eram fundamentais no processo produtivo, porque eram oferecidos como garantia de empréstimos e adiantamentos a atividades relacionadas ao sistema de produção.

2.2 Planejamento Urbano em Campos: Planos Pralon e Saturnino de Brito

Em 1842, o engenheiro Francês Amélio Pralon, contratado pela Câmara Municipal por orientação do governo Provincial do Rio de Janeiro, elabora o projeto do primeiro plano urbanístico da cidade de Campos dos Goytacazes e, imediatamente, inicia sua execução. O traçado escolhido foi o clássico do tipo tabuleiro de xadrez. Pralon inicia os trabalhos de calçamento de ruas centrais, aterro e drenagem de lagoas e pântanos, recuperação de estradas e pontes. Sem realizar um estudo de topografia e das curvas de níveis o engenheiro foi geometricamente desenhando as ruas, os quarteirões e praças. O Plano Pralon formava um quadrilátero cujo lado oeste da cidade era limitado pela atual Beira-Valão (Canal Campos - Macaé); a leste pela rua do Gás (perpendicular ao Rio Paraíba); ao sul pela Vinte e Oito de março (Antigo Passeio Municipal, corredor por onde passava o trilho de trem) e ao norte pelo Rio Paraíba do Sul. O Plano não foi adiante por falta de interesse dos políticos locais.

O século XX inicia-se com um importante plano de saneamento elaborado pelo engenheiro Saturnino de Brito, contratado pela Câmara Municipal de Campos para ordenar “um plano de conjunto para os trabalhos de saneamento da cidade e executar os que pudessem ser empreendidos desde já” (Brito, 1903, p 11).

Saturnino de Brito dispõe um conjunto de medidas voltadas para o saneamento da cidade envolvendo as seguintes providências: esvaziamento de águas estagnadas; drenagem de águas subterrâneas para secagem de pântanos; coleta de das águas pluviais; orientação quanto à iluminação e insolação das edificações; indicação, aplicação e adequação de materiais de construção; sugestão para a elaboração da planta da edificação com recomendações para se projetar os dormitórios, locais dos gabinetes de trabalho, sala de jantar, sala de visitas, cozinha e banheiro; e ainda regras para a limpeza da casa; distribuição de água potável e esgoto.

No capítulo referente a habitações populares, o engenheiro propõe medidas para correção das já existentes, demolindo e reconstruindo aquelas insanáveis e [...] educar o povo (...) ensiná-lo a conservar com asseio a casa, a não destruir vandalicamente a propriedade alheia [...] (Brito, 1903, p 157).

A proposição de modelos para edificação de habitações populares, mais econômicas, visava favorecer o sistema de locação por preços mais baratos e responder as questões de manutenção higiênica.

Nos trechos finais da apresentação de seu trabalho Brito destaca a importância da “salubridade domiciliar sobre a cidade” (Brito, 1903, p XX) e sugere que para combater a falta de higiene não basta apenas “filantropia”, mas um programa de maior alcance social :

[...] em lugar de hospitais, sanatórios, cruz vermelha, etc., a reforma do domicílio do pobre, a criação da propriedade, a formação do lar operário, para o que apresentamos vários tipos de casas, especialmente estudados para o nosso clima, a par das modificações do que já existe; em lugar de isolar e de curar apenas alguns enfermos em locais especiais, reformam-se os focos domiciliários de depressão sanitária, jugulando a degenerescência pelo saneamento das localidades e pela higiene do corpo e da alma [...] (Brito, 1903, p 20).

2.3 Uma Visão Higienista

Os dois planos descritos acima, apresentavam muitas razões e justificativas para intervir tão marcadamente no espaço: garantia de salubridade, aumento da funcionalidade, compatibilização com as novas atividades econômicas.

O pensamento que orientava aqueles planos era o higienista, muito marcante no século XVIII na Europa, com a vinda da Família Real no início do séc. XIX, começa a ser implantado no Brasil. Acompanhando a Corte, instalou-se um importante contingente de diplomatas, comerciantes estrangeiros e famílias rurais que começavam a transferir-se para a metrópole, ocorrendo um aumento de um terço da população do Rio de Janeiro. A medicina passou a ser mais insistentemente solicitada e ocupa um lugar preponderante na vida social, e um dos dispositivos mais importantes foi “a técnica de higienização da população” (Freire, 1999, p 29)

Pensamento higienista formulava quatro problemas fundamentais: 1) problema da localização – devia ser considerado a questão do clima, a natureza dos solos, a umidade e secura; 2) o problema da coexistência – envolvendo as questões relativas a proximidade, densidade, a questão dos homens e das coisas; a questão dos esgotos, das águas, da ventilação, dos homens e dos animais, dos matadouros, dos estábulos, seja dos homens e dos mortos, a localização dos cemitérios; 3) o problema das moradias – a questão do habitat e do urbanismo;

4) os problemas dos deslocamentos - a questão da migração dos homens e a propagação das doenças. Os higienistas pensavam o espaço das cidades e das moradias (Foucault, 1979, p 213).

O Estado moderno, voltado para o desenvolvimento industrial precisava ter o controle demográfico e político da população adequado àquela finalidade. Esse controle era exercido sobre as famílias ricas, disciplinando a “natalidade” e os cuidados físicos dos filhos; e no caso das famílias pobres, prevenir as conseqüências políticas que poderiam surgir na miséria e na pobreza. Dois tipos de intervenções normativas foram adotados visando resultados, tendo como base a organização familiar: primeiramente, a aplicação da medicina doméstica na família burguesa, reorganizando as famílias em torno da educação e conservação das crianças; em segundo lugar, dirigiu-se a família pobre sob a forma de campanhas moralizadoras e de higiene coletiva. Essas intervenções demográficas, junto aos ricos, e demográfico-políticas dirigidas aos pobres permitiram um aumento de uma mão-de-obra “politicamente dócil para o livre jogo do mercado de trabalho” (Freire, 1999, p 52).

Modelo materializado no plano Saturnino, implantado na cidade.

2.4 A Ampliação do Espaço Urbano de Campos

Em 1911, na 4ª Conferência Nacional do Açúcar, realizada em Campos, foi proposta e estabelecida uma taxa de 2,5% sobre a venda de açúcar, recursos que seriam destinados a melhoramentos urbanos. Com a aplicação desses recursos foram realizados alargamentos e calçamentos de ruas, construção da Praça do Liceu. No início do século a construção da Estação Leopoldina, a construção do Novo Mercado municipal, o alinhamento da Rua Alberto Torres (que ligava o centro ao lado oeste da cidade numa quase linha reta), a instalação de uma linha de bonde ligando o centro a Estação possibilitou a expansão da cidade para região oeste, especificamente onde se localiza o Bairro Jardim Maria de Queiroz.

Com a adoção dos planos Pralon e Saturnino de Brito o espaço da cidade se reestrutura em três níveis: Nível Central (A) – centro original e histórico da cidade; Nível Pralon (B) – plano de arreamento elaborado em 1842; Nível Desenvolvimento Periférico (C) – desenvolvimento da periferia ao longo do Rio Paraíba do Sul e das estradas de ferro (Peixoto Farias, 1998, p. 400).

A posição geográfica do bairro, assentado num dos pontos mais altos da cidade, protegido das enchentes do Rio Paraíba do Sul e distante das moradias populares, foi um dos aspectos que exerceu atração para os novos moradores escolherem o local.

Assim os usineiros e os comerciantes constituem a elite socialmente e economicamente dominante, isto é, detém o poder decisão sobre os demais. As elites procuravam se distinguir das demais camadas em ascensão, construindo majestosos edifícios, participando da maioria dos empreendimentos urbanos, tornam-se os principais agentes de transformação da cidade.

2.5 O Estilo Classista

A aplicação de um estilo importado da Europa deu-se, sobretudo, nas construções públicas e das classes dominantes, e sua intenção é esclarecida por Bruand :

[...] o estilo neogrego (neoclássico) era considerado como símbolo de majestuosidade e equilíbrio, especialmente apropriado para sedes de governo, assembleias legislativas e tribunais. Esse simples fato basta para provar a influência exercida pelo espírito da Missão Francesa na mentalidade da aristocracia e da grande burguesia que dirigiam o país [...] (Bruand, 1999, p 34).

As cidades maiores e localizadas no litoral, onde o contato com a Europa era permanente foi desenvolvido um nível mais elaborado de arte e arquitetura. A arquitetura praticada sob a influência da Missão Francesa era caracterizada pela simplicidade, com a composição das fachadas marcada por colunas (ou pilastras) e sobre estas platibandas e frontões com elementos decorativos (ver esquema da figura nº 08). As paredes eram de pedra ou tijolo, recebiam revestimento e pintura, as cores eram suaves e pastéis (Reis Filho, 1970, p117).

[...] o estilo neoclássico corresponde, principalmente, a um reviver de formas e composições arquitetônicas utilizadas na renascença² européia, expressa-se pelo tratamento linear da construção, cuidadosa simetria, uso de cantaria e de pilastras, destaque nas escadarias, ornamentação restrita aos frontões triangulares [...] (Albernaz e Lima, 2003,p 406-407).

A nova sociedade comercial e industrial em ascensão trouxe consigo muita mudança nos costumes, a vida social era intensa, importava-se quase tudo: desde louças até papéis de parede; de cristais a manteiga; de literatura a música; de pintura a arquitetos (Reis Filho, 1970,p119). Buscava-se reproduzir no Brasil o modo de vida europeu. “a ação dos arquitetos vindos do exterior contribuiu não somente para a modificação das soluções formais, mas também para o aperfeiçoamento das formas de construir” (Reis Filho, 1970, p119).

2.6 As Origens do Bairro

Em 21.12. 1928, o jornal Monitor Campista publica matéria sobre o projeto de lei, de autoria do vereador Alcides Maciel, propondo a criação do Bairro Jardim Maria de Queiroz. A iniciativa foi elogiada por criar condições de “erguer um novo bairro deslumbrante em área que sempre viveu abandonada, além de uma justa homenagem a Sr^a Maria de Queiroz, mulher estimada também e principalmente da pobreza de Campos, que das suas mãos caridosas recebe diariamente o conforto inestimável e sublime de sua alma generosa, o lenitivo de sua alma bem formada” (Monitor Campista, 1928).

O projeto de lei foi resultado de um loteamento de terras do Sr. Atilano Chrisóstomo de Oliveira, usineiro e proprietário de terras na cidade, marido da Sr^a Maria de Queiroz, terras que se estendiam até a Estação de Trens (antiga estação do Sacco). Desde então, com algumas alterações de limites, em função da formação de bairros contíguos, o Jardim Maria de Queiroz é considerado administrativamente e popularmente um bairro (ver figura 01).

Inicialmente o bairro era estritamente residencial, sendo ocupado com habitações unifamiliares. Aproveitando as condições geográficas e topográficas do sítio, as edificações eram localadas na parte alta da propriedade e estas, tinham uma organização fundiária de espaçosas chácaras, cercadas de árvores e jardins.

Através do instrumento de análise perceptual de figura / fundo é possível realizar leituras sobre o modo de vida praticado no bairro, nos primeiros anos do século XX. Escurecendo as edificações e mantendo as ruas, praças e quintais em branco, (ver figura nº 02), pode-se perceber as edificações como sólidos, constituindo as figuras colocadas sobre um fundo branco que é o vazio.

As edificações, apresentam-se como figuras isoladas, formando pontos escurecidos no espaço quase infinito, plantadas para serem observadas e admiradas como monumentos, talvez, visando mesmo obter menos efeitos que e uma obra de arquitetura e mais de escultura. Além de elemento de diferenciação, de competição eram “destinadas a demonstrar os recursos e o prestígio de um membro da elite dirigente aos outros membros e as classes inferiores” (Hobsbawn,1988, p 236).

O vazio, isto é, o fundo para formar as figuras, é o local onde se processam as atividades públicas, é muito amplo, informando que as ruas e praças cumprem estritamente a função de circulação, não servindo as manifestações de solidariedade, de trocas coletivas, muito menos de “palco para desenvolver os dramas e representações da sociedade” (Dos Santos, 1988, p 91).

A arquitetura dominante nos primeiros anos dos séc. XX, no Bairro Jardim Maria de Queiroz, reflete o estilo de vida das elites comerciais e industriais que ascendiam ao cenário político, econômico e social da cidade.

O estudo da residência, sua implantação no lote e tipologia são métodos que permitem entender a cidade. A arquitetura estabelece uma relação direta com o lote onde está implantada, e na proporção que essa relação se altera a arquitetura organiza novos padrões. Alguns elementos construídos no bairro guardam sintonia com os movimentos arquitetônicos ocorridos no Brasil e revelam singularidade e representatividade de uma época, outros são de um ecletismo associado muito mais a correntes de modismos.

² Renascença (Europa 1420) – Consistia em colar motivos clássicos (colunas, arcos, frontões, entablamento) em estruturas medievais (Stricland, 2003, p 60).

O prédio onde funciona atualmente o Colégio Liceu de Humanidades de Campos (figura nº 04, data de construção 1860) é um legítimo representante do estilo neoclássico trazido pela Missão Francesa. O prédio está implantado em sítio elevado, com um grande jardim à frente, permitindo uma perspectiva grandiosa e ascendente. As características neoclássicas são identificadas em diversos elementos: a perfeita simetria dos volumes, a existência de frontões e platibandas e a aplicação de uma técnica construtiva muito elaborada.

2.7 Casa: Local de Moradia, Exibição e Negócios

A residência além de sua função de abrigo cumpria outras representações, a vida privada era inseparável da vida política, e tinha funções reconhecidas, cujas exigências tinham precedência sobre os confortos domésticos. Muitas foram as visitas de políticos nacionais recepcionados e hospedados nesses palacetes, conforme texto de Waldir de Carvalho:

[...] em visita a Campos em 23 de junho de 1936, o presidente Getúlio Vargas, conduzido pelo hidroavião Marimbá, pousa no Rio Paraíba (...) é recepcionado na Praça São Salvador pelas autoridades, bandas de música (...) em seguida circulou pela cidade, terminando a visita na Praça do Liceu e depois no Palacete Villa Maria, recepcionado pelo Sr. e Sr^a Atilano Crisóstomo de Oliveira [...] (Carvalho, 1991, p. 88).

A organização familiar após a abolição da escravatura sofreu profundas modificações. Não havendo escravos para as tarefas domésticas, tais como recolhimento do lixo, limpeza da casa e seus despejos, atividades que passam a ser responsabilidade direta ou indireta da mulher. O modo de morar se adapta a essa nova realidade e os espaços são pensados para funcionar com essa nova configuração e atender aos anseios de reproduzir um estilo de vida europeizado, tanto no interior quanto externamente.

As varandas desempenham papel secundário em relação ao período colonial, mantém-se retraída, dando lugar aos jardins, cenário ideal para realçar a arquitetura. O setor social da casa é investido de muitas salas: sala de receber, de dançar, de música, de fumar, etc e servir refeições. Na parte íntima, o quarto recebe a janela, elemento de iluminação e ventilação. Mas a privacidade permanece vulnerável pelas portas de ligação, presente entre quartos. Ainda na intimidade da casa, o banheiro ingressa no corpo da casa, é sofisticado não apenas pelas louças finas e importadas, pelos espelhos belgas, bancadas de mármore, ferragens e azulejos, mas também pela utilização de produtos de higiene importados. A cozinha recebe revestimento e novos materiais de cocção. Incorpora-se à casa, na parte dos fundos, próxima do quintal e do ambiente de refeição.

Atendendo a necessidade de agrupar toda máquina judiciária num só lugar, foi aprovada a construção do Palácio da Justiça. O local escolhido foi uma área no Bairro Jardim Maria de Queiroz, lado oposto ao Liceu, com frente para a Rua Alberto Torres. A construção foi interrompida inúmeras vezes e, concluída e inaugurada nas festas comemorativas do centenário de fundação da cidade de Campos, em 1935. A construção repetia as linhas clássicas dos templos gregos, proporcionando uma verticalidade e horizontalidade muito acima da escala humana, simbolizando o distanciamento requerido para as ações da justiça.

A arquitetura adotada no Fórum Nilo Peçanha foi a consagração de uma época de reverências ao que era produzido no exterior. O Bairro Jardim Maria de Queiroz começa a sofrer adensamento, resultante, primeiro das atividades ligadas aos serviços foreiros e depois outros tipos de serviços. Escritórios de advocacia, cartórios, lanchonetes, restaurantes se instalam na região, influenciando decisivamente na mudança do perfil do bairro, deixando de ser residencial e iniciando a transformação em bairro misto.

Considerações Finais

3.1 Os Bairros atualmente

O bairro Jardim Maria de Queiroz segundo o Censo de 2000 do IBGE, apresenta uma população residente de 1240 habitantes e 398 domicílios. A secretaria Municipal de Fazenda tem o cadastrado de 214 unidades de comércio, 30 unidades de serviços relacionadas ao segmento de alimentação e 362 unidades de serviços diversos. Na Lei de Zoneamento da Cidade o bairro está classificado como Zona Residencial 6. Sendo então permitida a construção de residências unifamiliares e multifamiliares (horizontais e verticais) e são permissíveis algumas atividades de comércio e serviços desde que determinações contidas no código de obras e parecer do CAE – Conselho de Assuntos Especiais, órgão deliberativo da prefeitura. Mas pode-se, na prática,

caracterizá-lo como bairro misto em função da grande variedade de serviços e comércio que funcionam no local.

Fora do entorno protegido por leis de Tutela e Tombamento (estadual e municipal), há o surgimento de habitações coletivas, em todas as direções, quase num modelo concêntrico. A associação entre os tamanhos dos lotes e aspectos sociais é determinante no interesse pela região para construção de prédios residenciais de habitação coletiva. No bairro Jardim Maria de Queiroz a construção imobiliária vem sistematicamente ganhando corpo modificando intensamente a paisagem do bairro.

3.2 Verticalização e Vazios

A cidade de Campos desenvolveu-se internamente de forma espaçada, não linear. Do centro para os bairros (ou distritos) mais afastados foram surgindo aglomerações que viviam em função principalmente das usinas ali instaladas, ao longo do tempo forma surgindo loteamentos implantados de forma salteada criando muitos espaços vazios pelo caminho. Os vazios não são encontrados apenas na periferia, mas também nas zonas centrais. Se na área central da cidade há um grande número de imóveis (terrenos e benfeitorias) desocupados, sem realizar atividades, nas franjas da cidade podem ser observados grandes espaços entre áreas já loteadas.

O fato é que enquanto uma grande quantidade de terrenos e imóveis permanece sem utilização, apesar de atendida por infra-estrutura, equipamentos e serviços parte importante da população urbana tem que habitar regiões desassistidas por infra-estrutura e localizadas em áreas inadequadas e afastadas do perímetro urbano, agravando o processo de segregação espacial.

Essa característica de evolução urbana permite o surgimento e o crescimento da especulação imobiliária, porque há vazios e vice-versa. “Havendo especulação há criação mercantil de escassez e o problema de acesso a terra e a habitação se acentua. O déficit de residências leva a especulação e os dois juntos conduzem a periferização da população mais pobre” (Santos, 1994, p 96).

A especulação imobiliária deriva de uma superposição de um sítio social ao sítio material e a disputa entre pessoas e atividades por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica incluindo a expectativa criada. A sociedade urbana cria os sítios sociais, transformando seletivamente os lugares (Ibid, p 96).

Assim, o bairro Jardim Maria de Queiroz, torna-se atraente, mais valorizado. Surgem e se desenvolvem nesse local, atividades mais dinâmicas, shoppings, restaurantes, comércio de bairro mais sofisticado e variado. O mesmo ocorre com as residências levando as pessoas com mais recurso a procurar estabelecer residência onde lhes é mais conveniente “seguindo os cânones de cada época, o que também inclui a moda” (Ibid, p96).

A liberalidade do Código de Obras e da Lei de Zoneamento da cidade, que permite uma elevação do potencial construtivo em áreas essencialmente residenciais, reflete-se na inadequação dos bairros para receber edifícios, e um grande contingente populacional residente ou não. Há sobrecarga nas redes viária, de água e esgoto. A qualidade de vida vai tornando-se comprometida, inclusive pela carência de áreas livres para lazer e recreação. Fatos que levarão o conjunto da sociedade a arcar com os custos, sem que seja preciso muito tempo, da reconstrução dos serviços necessários ao funcionamento dos bairros com essa configuração, desviando recursos destinados ao atendimento da população carente. “Assim diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo’ (Ibid, p 96)”.

Utilizando o recurso do plano figura e fundo e considerando os sólidos construídos como figuras, as partes escuras do mapa, e o território como sendo o fundo, a parte branca, pode-se extrair algumas informações, como as que se seguem sobre o bairro Jardim Maria de Queiroz (ver figura 03):

- Os sólidos ocupam quase todo o território, indicando um arranjo construído completamente invertido em relação aos primeiros anos do século XX ;
- Há poucos espaços livres ou verdes;
- Por ser permitido que os prédios residenciais de uso multifamiliar ocupem todo o lote nos três primeiros pavimentos isso gera uma mancha mais escura, representando uma ocupação mais intensiva do lote;
- As construções residenciais estão implantadas de acordo com a legislação e
- As transformações ocorridas no bairro indicam que ao longo de 70 anos havia coerência nos modelos de implantação das edificações no solo, modelos que são rompidos com os projetos de edifícios de apartamentos.

O combate a construção desenfreada e sem estudos de impactos de vizinhança e de meio ambiente no bairro Jardim Maria de Queiroz deve ser instituído como forma de fortalecer e ampliar os movimentos sociais que visam a melhoria da qualidade de vida e ambiental de todos. O adensamento deve ser limitado pelas condições da infra-estrutura instalada e do sistema viário.

Bibliografia

ALBERNAZ, Maria Paula, LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. 3 Ed. São Paulo. Editora Proeditores. 670 p.

BRITO, Saturnino. *Saneamento de Campos*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1943, 287p.

BERNARDES, Lysia, SEGADAS SOARES, Maria Therezinha. *Rio de Janeiro: Cidade e Região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração. 1995. 159 p.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. 3 Ed. São Paulo: Editora Perspectiva. 1999. 398p.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. 1983. 506 p.

CARVALHO, Waldir P. *Campos Depois do Centenário*. Campos. 1991. 335 p.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 4 Ed. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1999. 282 p.

DOS SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *A Cidade como um Jogo de Cartas*, Editora UFF, 1988, 192p.

ECO, Humberto. *A Estrutura Ausente*. Editora Perspectiva. 1997. 421 p.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, Edusp, 1994, 650p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização Roberto Machado, 11 Ed, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1979, 295 p.

GOULART, Nestor dos Reis. *Quadro da Arquitetura no Brasil*, Editora Perspectiva, 1970, 214p.

GUERRAND, Roger-Henri. In *História da Vida Privada – Volume IV. Da Revolução Francesa a Primeira Grande Guerra. Espaços Privados*. Companhia das Letras. São Paulo. 1991. 640 p.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*, tradução de Sueni Maria Campos e Yolanda S. De Toledo, Editora Paz e Terra, RJ. 1988, 546p.

- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*, tradução Marcelo Coelho, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, 363 p.
- LOPES, Alberto Costa. *Evolução Urbanística de Campos Aspectos e Legislação* In: Pesquisa Legislação Urbanística Municipal no Brasil. Ministério da Habitação, urbanismo e Meio Ambiente. 1988. 27 p.
- PARK, Robert E. A Cidade: Sugestões Para a Investigação Do Comportamento Humano No Meio Urbano. In: VELHO, Otávio (Org.). *O Fenômeno Urbano*. RJ Zahar, 1968, p 29-72.
- PEIXOTO FARIA, Teresa de J. *Projeto de Modernização da Cidade de Campos dos Goytacazes Anos 1870/80*, Anais do IX Encontro da Anpur, Vol.2, Rio 2001.
- _____. *Campos dos Goytacazes, Resources et Virtualités d'une Ville Brésilienne: données de L'histoire*. Tese de doutorado, EHESS, Paris, França, 1998. 485 p.
- PEREIRA PINTO, Jorge Renato. *A Planície Goytacá*, Edição do Autor, Campos dos Goytacazes (sem data), 106p.
- _____. *O Ciclo do Açúcar em Campos*, Editora do Autor, 1995, Campos dos Goytacazes, 348p.
- PERROT, Michelle. *História da Vida Privada – Volume IV. Da Revolução Francesa a Primeira Grande Guerra. Maneiras de Morar*. Companhia das Letras. São Paulo. 1991.640 p.
- ROSENDO, Roberto. *Formação Econômica da Região Norte e Noroeste Fluminense* In: MOTA, Ailton. *Projeto de Pesquisa Integrado: Estrutura, dinâmica espacial e qualidade de vida da rede urbana das Regiões norte e Noroeste Fluminense*. UENF. Projeto Faperj E-26-171/159/2000. Campos dos Goytacazes. 2000, p 2.2 – 2.60.
- RODRIGUES, Cristina. *Cidade, Monumentalidade e Poder*. Anais do IX Encontro da Anpur, Vol.2, Rio 2001.
- ROWE, Colin, KOETTER, Fred. *Collage City*. Massachusetts Institute of Techonology, EUA, 8 Ed, 1995, 186p.
- SANTAELLA, Lúcia. *O que é Semiótica*. Editora Brasiliense. São Paulo 1983. 85 p.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*, Editora Hucitec, São Paulo 1994, 157p.
- ZEVI, Bruno. *Saber Ver a Arquitetura*. Editora Martins Fontes. São Paulo. 1978. 221p.